



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28/03/2022

C. Lages

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

MARDEM MEDESES
para relatar.

Em 28/03/22

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

HP
Antônio Henrique de Carvalho Pinheiro
DEPUTADO ESTADUAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI: Nº 037/2022

PROCESSO : AL 27907/2022

AUTOR: DEPUTADA TERESA BRITTO

RELATOR: DEPUTADO MARDEN MENEZES

ASSUNTO: Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Semana Estadual de Conscientização Ambiental Fluvial, e dá outras providências.

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, inciso VI, do Regimento Interno combinado com os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal, apresentamos parecer ao Projeto de Lei nº 37/22 de autoria da Deputada Teresa Britto que Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Semana Estadual de Conscientização Ambiental Fluvial, e dá outras providências.

II – PARECER

O Projeto de Lei é proposição que tem respaldo no Art. 96, I, “b” do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, bem como atende a constitucionalidade formal, qual seja competência de iniciativa por parte do parlamentar, requisito preenchido em consonância com o Art. 75, “caput” da Constituição Estadual: *In verbis*:

A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original)

O presente Projeto de Lei estabelece que seja realizada anualmente na semana que compreende o dia 24 de janeiro, “A Semana Estadual Conscientização Ambiental Fluvial”, com o objetivo de contribuir para o combate da degradação ambiental e a disseminação de informações sobre a importância fluvial para o surgimento e manutenção de vida de diversos ecossistemas.

Destarte, após a análise de Constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, vêem-se que a o Projeto de Lei acima referido, cumpriu todos os requisitos, que leva esta relatoria a proferir o presente parecer favorável.

II – VOTO

Com base nos artigos supracitados e legislação específica, esta relatoria opina pelo tramite normal da presente proposição, por encontrar-se a presente proposição em consonância as exigências e determinações pertinentes à Constituição Estadual e ao regimento interno e com a boa técnica legislativa, no que encerra em parecer favorável.


MARDEN MENEZES

Deputado Estadual/Progressistas

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 03 de maio de 2022.

